



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº **1529/2019**

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 4, § 4º da Lei Orgânica do Município, combinado com art. 48 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. André Abreu Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pedido de informação sobre o Projeto de Lei nº 852/2019, de autoria do Executivo, que autoriza o Município a receber em doação, com encargo, imóveis de propriedade da União.

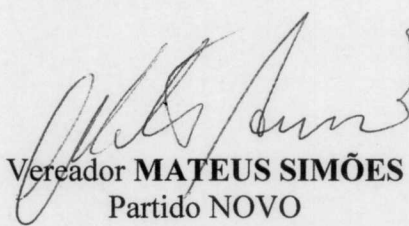
Apesar de mencionar em sua ementa a existência de encargo na doação em questão, não há detalhamento de qual seria este encargo na proposição, bem como na Mensagem nº 21, que a acompanha. Nesse sentido, procurando dar maior clareza e melhor entendimento aos termos do que se pretende autorizar com o Projeto, requeiro sejam solucionadas as seguintes questões:

1 – Qual(is) é(são) o(s) encargo(s) de que trata o Projeto de Lei nº 852/2019?;

2 – Caso o cumprimento de tal(is) encargo(s) resulte(m) na necessidade de que o Município tome atitudes que importem em dispêndio de recursos públicos, qual seria a estimativa desses gastos?

Certo de sua atenção e empenho pela transparência das ações públicas, fico no aguardo das informações.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2019.

  
Vereador **MATEUS SIMÕES**  
Partido NOVO

Ao senhor  
Vereador Léo Burguês de Castro  
Presidente da Comissão de Administração Pública

<b>Proposição Inicial</b> <b>Avulsos distribuídos em:</b> <u>09/12/19</u> <u>2m/600</u> Responsável pela distribuição
---

CMBH\_DTRLEO-06/dez/19-14:48:47-009365-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARECER DE 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 827/2019.

### RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 827/2019, que “Altera as Leis nº 8.690, de 19 de novembro de 2003, nº 8.788, de 2 de abril de 2004, nº 9.154, de 12 de janeiro de 2006, nº 9.816, de 18 de janeiro de 2010, nº 10.202, de 9 de junho de 2011, nº 10.308, de 11 de novembro de 2011, nº 10.754, de 19 de setembro de 2014, nº 10.948, de 13 de julho de 2016, nº 11.065, de 1º de agosto de 2017, nº 11.080, de 30 de novembro de 2017, nº 11.136, de 18 de outubro de 2018, nº 11.153, de 9 de janeiro de 2019, e nº 11.154, de 9 de janeiro de 2019.”, de autoria do Poder Executivo, enviado a Esta Casa por meio da Mensagem nº 20, de 13/08/2019, após ser aprovado em 1º turno e tendo recebido quatorze emendas, é submetido à consideração desta Comissão de Administração Pública.

A Comissão de Legislação e Justiça inicialmente apreciou a matéria concluindo em parecer pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

E tendo sido designado relator pela Comissão de Administração Pública, passo a emitir parecer sobre o projeto nos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

termos do art. 52, II, "e", c/c art. 110 do Regimento Interno desta Casa.

### FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto traz modernização à legislação aplicada à gestão de pessoas no Município e promove alterações em textos legais, ajustando-os com o objetivo de propiciar sua correta aplicação. A proposta objetiva, também, evitar judicialização desnecessária em virtude de interpretação equivocada das regras.

Em razão da retirada das emendas nºs: 2, 3, 4 e 5, pelo autor, deixo de apreciá-las.

A emenda substitutiva nº 1, de autoria do Poder Executivo, que conforme justificativa apresentada pela Mensagem nº 26, de 7 de outubro de 2019, dá nova redação ao art. 10 do projeto de lei, que insere a obtenção de progressão por escolaridade decorrente da conclusão de mestrado e doutorado para a carreira da Área de Atividades de Fiscalização Integrada.

A alteração proposta visa a atender a demanda da categoria, desta forma, o Executivo uniformizar a regra praticada com as demais categorias. Assim, não há óbice na apresentação da emenda, motivo pelo qual este parecer é favorável à sua aprovação.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A emenda substitutiva nº 6, de autoria do Vereador Dr. Nilton, altera a redação da alínea “x” do inciso I do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.788/2004, previsto no art. 3º do projeto de lei, e estabelece no rol das áreas de atuação dos Fiscais Sanitários Municipais, a inspeção em laboratórios de análises clínicas, de histocompatibilidade e imunogenética incluindo postos de coleta e serviço de transporte de material biológico.

A emenda supressiva nº 7, de autoria do Vereador Dr. Nilton, retira a alínea “w” do inciso I do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.788/2004, previsto no art. 3º do projeto de lei, que trata das áreas de atuação dos Fiscais Sanitários Municipais, a inspeção dos serviços de radiodiagnóstico médico por imagem, serviços de diagnóstico por métodos gráficos, segundo o grau de complexidade definido em portaria da Secretaria Municipal de Saúde.

A emenda substitutiva nº 8, de autoria do Vereador Dr. Nilton, altera a redação do § 1º-B do art. 2º da Lei nº 8.788/2004, e estabelece que os ocupantes dos cargos de Fiscal Sanitário Municipal e Fiscal Sanitário Municipal de Nível Superior possam desempenhar atividades uns dos outros desde compatíveis com a atribuição geral e escolaridade do cargo, necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao funcionamento da Vigilância Sanitária.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A emenda supressiva nº 9, de autoria do Vereador Dr. Nilton, retira a alínea “z” do inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.788/2004, previsto no art. 3º do projeto de lei, que trata das áreas de atuação dos Fiscais Sanitários Municipais, em laboratórios de análises clínicas, de anatomia patológica, de histocompatibilidade e imunogenética.

A emenda substitutiva nº 10, de autoria do Vereador Pedro Patrus, altera a redação do § 1º do art. 13, da Lei nº 11.136/2018, previsto no art. 19 do projeto de lei, e estabelece os critérios para apreciação dos cursos que serão considerados para a concessão da progressão, na forma prevista nos incisos I a VI, serão definidos em regulamento, podendo ser aceitos cursos realizados nas modalidades presenciais, semipresenciais e à distância. A proposta mantém a redação da Lei atual que prevê as modalidades de ensino que serão considerados para a concessão da progressão por escolaridade.

A emenda aditiva nº 11, de autoria do Vereador Dr. Nilton, acrescenta dispositivo que altera o caput do art. 1º e § 2º da Lei nº 11.187, de 20 de agosto de 2019, que propõe a equiparação dos servidores que exerciam ou já tinham exercido as funções públicas de Gerente de Unidade de Saúde, cargos comissionados de Gerente de primeiro nível (G1), Gerências de segundo nível (G2), Gerências de terceiro nível (G3) da Saúde ou de Gerente de Unidade de Apoio Comunitário, com outros servidores da área da saúde. Segundo o autor, a proposta tem como objetivo garantir a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

equiparação com outros servidores da área da saúde que permaneceram com seu direito garantido quando ocorreu alteração na legislação.

A emenda supressiva nº 12, de autoria do Vereador Mateus Simões, retira o art. 5º do projeto de lei que cria a função pública de Gerente Adjunto de Unidade de Saúde, nos moldes do inciso V do art. 37 da Constituição da República, provida por ato de livre nomeação e exoneração. Na justificativa apresentada pelo autor, a pretensão é permanecer com a redação atual da Lei nº 9.816/2010, que prevê a necessidade de um processo seletivo para a ocupação da função pública de Gerente de Unidade de Saúde.

A emenda substitutiva nº 13, de autoria do Vereador Mateus Simões, altera a redação do art. 6º do projeto de lei, e promove alterações nas atribuições do cargo de Auditor de Controle Interno. A intenção do autor, é permanecer com as atribuições originariamente previstas na Lei nº 10.202, de 09 de junho de 2011, para que não sejam substituídas por uma estipulação genérica pelo Poder Executivo por meio de decreto.

A emenda supressiva nº 14, de autoria do Vereador Mateus Simões, retira o inciso I do art. 24, que trata da retroatividade dos dispositivos disposto no projeto de lei.

Ao analisar as emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, apresentadas ao projeto de lei, quanto ao mérito desta Comissão,



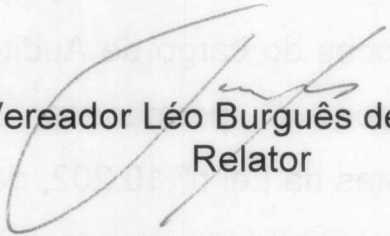
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sob a ótica do regime jurídico dos servidores públicos, manifesto-me pela rejeição das mesmas, tendo em vista que as propostas apresentadas interferem em matéria de competência privativa do Prefeito, eis que versam sobre a organização da administração pública e regulam atribuições de servidores do Poder Executivo, matéria que compete ao Chefe do Poder Executivo.

### CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesto-me pela aprovação da emenda nº 1, e rejeição das emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, e 14, apresentadas ao Projeto de Lei nº 827/2019.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2019.

  
Vereador Léo Burguês de Castro  
Relator

Parecer analisado.  
Consultores de Administração Pública  
Consultados.  
Em 09/12/19 JAO. CH 554





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 835/2019

PARECER EM PRIMEIRO TURNO

### Relatório

A Comissão de Administração Pública vem proferir parecer diante do Projeto de Lei nº 835/2019 de autoria do Vereador Catatau do Povo que "Dispõe sobre a queima de pneus e outros objetos em vias públicas durante manifestações populares".

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fls. 06/14.

O Projeto foi encaminhado a Comissão de Legislação e Justiça que opinou pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

Logo, o projeto seguiu para Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, sendo que não houve emissão de parecer pelo relator.

Mais adiante, o projeto prosseguiu para a comissão de Meio Ambiente e Política Urbana que emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei 835/2019.



Por fim, despacho nomeando esse Relator nos termos do Regimento, fl. 28.

É o Relatório.

### **Fundamentação**

Conforme já exposto, trata-se de parecer que analisa o Projeto de Lei de nº 835/2019 de autoria do vereador Catatau do Povo.

É de competência dessa Comissão, matéria referente ao direito administrativo em geral, conforme previsto no art. 52, inciso II, "I" no Regimento Interno desta Casa. Desse modo, passo a expor as razões e argumentos que fundamentam esse relatório, pondo-se à vista o referido Projeto de Lei de nº 835/2019.

Em síntese, o referido projeto proíbe o ateamento de fogo em pneus e quaisquer outros objetos que provoquem combustão nas vias públicas do Município de Belo Horizonte, no decorrer de manifestações. Além disso, a PL também prevê uma aplicação de multa, sendo que, em caso de reincidência, um majoração no percentual de cem por cento.

O que se pode extrair ou ser observado no projeto em questão é que ele visa coibir a ação de indivíduos que ultrapassem a linha da liberdade de expressão e de livre manifestação, para que se evite transtornos para outras pessoas, como por exemplo, a obstrução de vias públicas, além de inibir a emissão de gases poluentes para a atmosfera que agredem o meio ambiente.

Desta forma, seguindo a linha de preservação ambiental, a Lei Orgânica do Município, em seu art. 186, inciso IX, alínea a, prevê que é dever do Município adotar estratégias e metas que reduzam a emissão de gases causadores do efeito estufa.

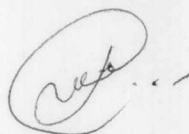
Sendo assim, administração pública em geral tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público, e dos direitos e interesses dos cidadãos que administra.

Portanto, no que tange a competência dessa comissão, ao analisar o Projeto de Lei em questão, não vislumbro nenhum óbice à Administração Pública para aprovação.

### **Conclusão**

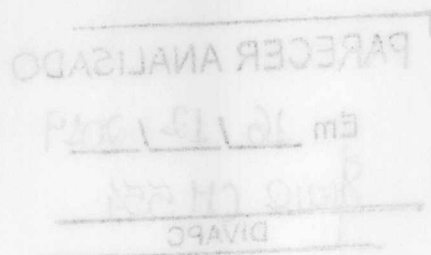
Em face do exposto, **pugno** pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 835/2019.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2019.



**VEREADOR: RAMON BIBIANO DA CASA DE APOIO**

**RELATOR**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2019.

Senhor Diretor,

Encaminho para conhecimento de V. Sa. a Comunicação de Licença Médica concedida ao Vereador abaixo, a partir de documento recebido pela Seção Médica em 05/12/2019:

CM	NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO
10111	LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES	GV LEO BURGUES	05/12/2019 a 05/12/2019

Atenciosamente,

**Leandro Otávio de Souza**  
Chefe da Seção Médica

Ilmo. Senhor  
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro  
Diretoria do Legislativo

CMBH\_DIRLEG-05/dez/19-15:49:31-009338-1

52 3959



CÂMARA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

## COMUNICAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA

VEREADOR

NOME

LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES

CM

10111

LICENÇA

PERÍODO

05 / 12 / 19 a 05 / 12 / 19

DURAÇÃO

1 (DIAS)

INSPEÇÃO

05 / 12 / 19

AFASTAMENTO RECENTE?  
(ÚLTIMOS 60 DIAS)

☒ NÃO

☐ SIM

AFASTAMENTO DE MESMA CAUSA OU DELA DECORRENTE?

☒ NÃO

☐ SIM, NOS PERÍODOS

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ e \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ a \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

MÉDICO(S)

*Dr. Ademair Moreira Pires - CM 651*

ASSINATURA E CARIMBO

Médico - CRM/MG Nº 53.053

ASSINATURA E CARIMBO

LICENÇA CONCEDIDA CONFORME RESOLUÇÃO 1480/90 E PORTARIA 11824/09

DEFERIMENTO DO SECRETÁRIO GERAL

ASSINATURA E CARIMBO

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 05 / 12 / 2019

CC 638

Responsável pela distribuição

RH - SME 34B 1 VIA SECRETÁRIO GERAL 2ª VIA DIRETORIA DE RH